



ESPECIAL

Alimentação Mais Sustentável

COMO PORTUGAL TRANSFORMOU A TENDÊNCIA DA AGRO-SUSTENTABILIDADE NUMA INEVITABILIDADE

Em Portugal há investigação, estudo, trabalho e investimento na agricultura sustentável. E isso resulta em projetos inovadores que colocam o país no mapa europeu e mundial da alimentação sustentável. Mas há desafios pela frente, a começar pelos problemas da seca e da curta execução do plano nacional de regadios e o acesso a fundos comunitários.

ANÁLISE

Portugal está “na primeira divisão da agricultura sustentável” ■ P2

ENTREVISTA

Maria do Céu Antunes
Ministra da Agricultura e da Alimentação

“Apoio ao rendimento dependerá de produção sustentável” ■ P4



FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Escola Agrária de Elvas ensina agricultura sustentável há 22 anos ■ P5

TECNOLOGIA

Empresas de carnes e peixes artificiais veem “desafios” com a crise ■ P7

EDITORIAL

Agricultura sustentável nacional na 'Champions'?

Nuno Vinha

Subdiretor do Jornal Económico

As analogias entre o futebol e a agricultura, arrisco-me a dizer, são malvistas por ambos os sectores. O primeiro achará que o sector agrícola é pouco sofisticado e moderno, o segundo tende a achar que o mundo da bola desencanta dinheiro das nuvens e não através do trabalho árduo de sol a sol. Isto vem a propósito de os agricultores nacionais terem considerado, nas páginas deste Especial, que Portugal está na primeira divisão da agricultura sustentável. Sim, talvez. Mas o que nos falta para disputarmos a Liga dos Campeões?

Temos escola? Sim, há várias *agrotechs* e startups portuguesas com inovação e músculo financeiro para se lançarem em projetos de internacionalização. Temos estudos e tradição? Novamente sim, como o comprova o exemplo da Escola Agrária de Serpa, que ensina agricultura sustentável desde os tempos em que a expressão ainda nem existia. Temos fundos? Sim, há verbas no novo Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para "premiar" os projetos que adotem medidas de produção sustentável, como diz – em entrevista ao JE – a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

Temos campos? Aqui o terreno inclina-se: o ordenamento do território é sofrível, o regadio público está por executar e a seca é um problema cada vez mais premente.

Há estratégia nacional? A resposta é ainda menos assertiva. Salienta a ministra que existe uma "agenda de inovação" que pretende ocupar o território com agricultura sustentável. Mas isso não é ter uma estratégia nacional para – por exemplo – a próxima década, à imagem da que fez, mal ou bem, o atual ministro da Economia, António Costa Silva. E sem isso vamos sempre ficar em desvantagem face aos tubarões da agricultura europeus. ■

ANÁLISE

Portugal está "na primeira divisão da agricultura sustentável"

Quem o diz são os agricultores, e atribuem-no ao investimento em tecnologia e inovação a partir dos fundos europeus. Mesmo com uma guerra no 'celeiro da Europa', o sector considera-se resiliente.

BÁRBARA BARBOSA
bbarbosa@medianove.com

Nas últimas décadas, a crescente importância atribuída à proveniência dos alimentos consumidos e ao modo como são produzidos tem levado ao desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis que minimizam o impacto da produção alimentar no ambiente, ao mesmo tempo que garantem maior segurança alimentar. A agricultura portuguesa não é uma exceção. Aliás, os agricultores portugueses acreditam que Portugal está "na primeira divisão da agricultura sustentável", conforme refere ao Jornal Económico Luís Mira, o secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), fruto do investimento que se tem realizado em tecnologia e inovação a partir da Política Agrícola Comum (PAC).

"O grande mérito da PAC é o de, precisamente, garantir aos consumidores europeus o abastecimento de alimentos seguros e produzidos de forma sustentável, a preços acessíveis", salienta Luís Mira. Também Jorge Henriques, presidente da Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares (FIPA) considera que "o país tem efetivamente acompanhado os movimentos da União Europeia e respondido para que a competitividade da indústria corresponda às necessidades de Portugal". Tal não impede, contudo, que a nível comunitário se tenham dado "passos maiores que a perna" nalgumas áreas, pois andou-se "mais rápido do que aquilo que a ciência e a tecnologia permitem, o que implicou custos adicionais experimentais".

Mesmo assim, o caminho até agora percorrido permite que hoje



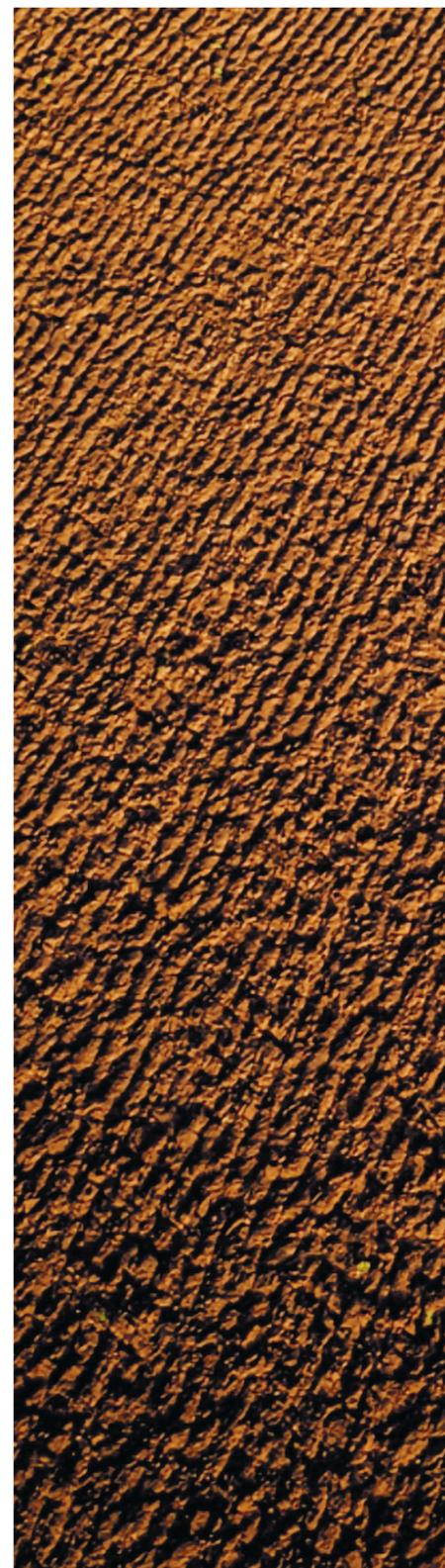
Luís Mira

Secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal

os agricultores consigam produzir muito mais com os mesmos recursos. "A utilização de inteligência artificial e de novas tecnologias (como os drones, sondas, máquinas sem condutor, satélites, etc) é uma realidade transversal a um sector cada vez mais produtivo e sustentável, que integra novos profissionais, mais qualificados, com mais competências tecnológicas, que têm vindo a aplicar modelos de gestão altamente profissionais à atividade", diz Luís Mira.

Já a DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural destaca que a evolução de Portugal ao nível da agricultura sustentável tem beneficiado de iniciativas como a estratégia "do prato ao prato" - uma das principais ações do Pacto Ecológico Europeu, apresentado em dezembro de 2019 - que pretende reduzir para metade a utilização de pesticidas e fertilizantes e a venda de agentes antimicrobianos, aumentar a percentagem de terras agrícolas consagradas à agricultura biológica, entre outros. No que ao último objetivo diz respeito, houve um crescimento de mais de 300%, entre 2016 e 2021, da área total em agricultura biológica para 768.800 hectares em 2021, e mais do triplo do número de operadores biológicos para 14.121, avança. Também a produção integrada - sistema agrícola de produção baseado na gestão racional dos recursos naturais, privilegiando a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção - contribui para uma agricultura sustentável, destaca a DGADR, que informa que, no ano passado, existiam 12.366 agricultores neste modo de produção, estimando "um significativo crescimento nos próximos anos". A en-

Houve um crescimento de mais de 300%, entre 2016 e 2021, da área total em agricultura biológica para 768.800 hectares em 2021, e mais do triplo do número de operadores biológicos para 14.121, segundo a DGADR



tidade destaca ainda que Portugal é o sexto país da UE com maior número de produtos registados (148 no total) com denominação de origem protegida (DOP) ou indicação geográfica protegida (IGP), os quais contribuem "não só para a preservação de territórios como também para o seu desenvolvimento permitindo que as populações desenvolvam a sua atividade e, desta forma, permanecerem no território para a sua preservação e desenvolvimento.

Mesmo do lado da distribuição há a noção de que "aplicar práticas de sustentabilidade na produção agrícola é mais do que uma tendência, é uma inevitabilidade", como assinalado por Ana Rovisco, Head of ESG Relations - Environment do Grupo Jerónimo Martins. "Desde logo, porque são estas práticas que asseguram não só a viabilidade, mas também a continuidade de uma produção agrícola", mas também pela atenção que tem merecido dos consumidores e dos stakeholders envolvidos. A maior exigência e escritú-



Reuters

nio tem conduzido, no grupo, à criação e implementação de soluções como o Manual de Agricultura Sustentável, que permite calcular o índice de sustentabilidade das explorações agrícolas, bem como promover a implementação de boas práticas de gestão dos consumos de água e energia, de fertilizantes e de mobilização do solo, por exemplo; à realização, através de uma entidade externa, de auditorias ambientais e sociais compreensivas aos fornecedores; e ao compromisso com o combate à deflorestação, que tem merecido reconhecimento internacional no Global Forests Report.

Apesar da evolução significativa realizada até agora no que à sustentabilidade diz respeito, ainda há caminhos por percorrer para o seu aprofundamento, nomeadamente através da agricultura de proximidade, como aponta Jorge Henriques. “Se pudermos, num conjunto vasto de matérias primas, abastecer-nos localmente em qualidade, quantidade, e a um preço competitivo, então é nisso que devemos

apostar. É um passo sustentável, que se foca na agricultura nacional, estimula a competitividade e diminui a pegada carbónica”, indica, ressaltando que “tem havido uma evolução bastante positiva, mas ainda estamos longe em alguns produtos de nos poder abastecer localmente, como os cereais”, pelo que devemos apostar naqueles em que há condições para o fazer, acrescentando valor, como é o caso do azeite, vegetais, frutas e frutos secos.

Também a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, enfatiza ao Jornal Económico a importância do comércio de proximidade para a sustentabilidade, inclusive económica. “O cidadão é o primeiro a querer defender o seu futuro, o seu território, e isso passa por fazer escolhas alimentares inteligentes. E quando escolhemos produção nacional, comércio curto, de proximidade, nós estamos a fixar pessoas, atividades agrícolas, e a impedir a erosão e desertificação física e humana”. Contudo, ressalva que atualmente, produzi-

A agricultura de proximidade “é um passo sustentável, que se foca na agricultura nacional, estimula a competitividade e diminui a pegada carbónica”, destaca Jorge Henriques, presidente da FIPA

mos 86% daquilo que consumimos em Portugal. “O nosso nível de autoaprovisionamento está estável ao longo dos últimos anos, o que não significa que estejamos a produzir menos, pelo contrário. Estamos a produzir mais, a comer mais, a exportar mais e a importar a um ritmo menor, fruto da agricultura de mercado”, indica, acrescentando que mesmo em culturas como os cereais já há programas em vigor para aumentar a produção própria.

Mas há desafios, e oportunidades - dependendo do modo como se encara a situação - para uma agricultura sustentável. Para além da seca estrutural que Portugal enfrenta, decorre no ‘celeiro da Europa’ um conflito que aumentou exponencialmente o preço das matérias primas e o risco de escassez.

O presidente da FIPA destaca que a “primeira guerra que tivemos foi a pandemia, um verdadeiro combate que não pensámos viver. Este é um segundo momento de combate, que tem, naturalmente, consequências. Espero que,

pelo menos, desperte alguns Estados para a importância da diversificação agroalimentar e energética”. Mas há quem olhe para este desafio com outros olhos, como é o caso do Secretário-Geral da CAP, que refere que a crise energética e o aumento dos custos têm, na verdade, obrigado os agricultores a procurarem novas soluções para serem mais eficientes. “Tal, só demonstra que a agricultura nacional, mesmo em períodos de maior pressão, não coloca em causa aquelas que são as suas prioridades: alimentos de qualidade, produzidos de acordo com os mais exigentes critérios de sustentabilidade e de segurança alimentar”, conclui.

Já o grupo Jerónimo Martins destaca a importância, “para fazer face aos desafios por que os produtores estão - e estarão - a passar, de uma maior previsibilidade a nível regulatório sobre o que serão as orientações e as grandes decisões políticas”, mas também que estas abrangem tanto os pequenos como os grandes produtores. ■



Cristina Bernardo

ENTREVISTA | MARIA DO CÉU ANTUNES | Ministra da Agricultura e da Alimentação

“Apoio ao rendimento dependerá de produção sustentável”

A ministra da Agricultura e da Alimentação considera que a reforma da Política Agrícola Comum vai valorizar a pequena e média agricultura, de proximidade e circuitos curtos, apostando em simultâneo no reforço da competitividade.

NUNO VINHA E BÁRBARA BARBOSA
nvinha@medianove.com

A agricultura em Portugal tem lutado por continuar a apostar na sustentabilidade numa altura de crescentes desafios, desde a seca até à escassez de matérias-primas e ao aumento de custos de produção. Em entrevista ao Jornal Económico, no âmbito do Especial Alimentação Sustentável, Maria do Céu Antunes refere os vários instrumentos disponíveis para esse fim.

Existe uma estratégia de longo prazo do Governo para a seca, o seu combate e a agricultura sustentável?

Temos, verdadeiramente, uma agenda de inovação que quer ocupar o território com agricultura que seja sustentável. Um dos nossos objetivos é a ocupação territorial se faça com sistemas de produção sustentável – seja em modo biológico seja em modo de produção integrada – mas respeitando os recursos naturais. E para isso mesmo estamos a trabalhar nessa agenda que enforma toda a nossa estratégia para a agricultura para a

próxima década, para utilizar os recursos que temos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação do setor. Aliás, temos neste momento já um conjunto de contratos firmados com consórcios – que juntam universidades e politécnicos, centros de competências, laboratórios, empresas agrícolas e agricultores – para desenvolver as melhores práticas no domínio da gestão da água, da adaptação ou da ligação aos efeitos das alterações climáticas. E é nesse sentido que o PEPAC define os instrumentos para os agricultores porem isto em prática.

O apoio destinado à agricultura podia ser maior tendo em conta os múltiplos desafios do sector, desde a seca até à guerra na Ucrânia? O Orçamento do Estado tem uma majoração de 233 milhões de euros para a agricultura, a que se somam cerca de mil milhões de apoio ao rendimento que continuarão a receber porque o Governo tudo fez para conseguir a conclusão da reforma da PAC em junho, conse-

guindo entregar o nosso Plano Estratégico a tempo de os nossos agricultores, em janeiro do próximo ano, poderem contar com este apoio com uma distribuição mais justa do ponto de vista territorial.



Assista à entrevista completa no nosso canal multimédia, em www.jornaleconomico.pt



Esta reforma da Política Agrícola Comum é a maior dos últimos 30 anos. Por um lado, porque quer valorizar a pequena e média agricultura. Por outro porque aposta na competitividade

Em que medida é que o novo o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) responde às necessidades reais dos agricultores, quer aos mais inovadores, quer aos mais tradicionais?

Esta reforma da PAC é a maior dos últimos 30 anos. Por um lado, porque quer valorizar a pequena agricultura, a média agricultura, uma agricultura preparada para poder corresponder a circuitos curtos, ao comércio de proximidade, à transformação, que use todos os recursos endógenos que existem nos territórios, tendo em atenção essa mesma especificidade. Por outro lado, permite-nos dar sequência a uma agricultura mais competitiva, mais preparada para os mercados, que tem vindo a aumentar as nossas exportações ao ritmo de 5% ao ano.

Como se dividem os apoios, por exemplo para quem produz de forma sustentável?

O PEPAC em Portugal divide-se ao meio entre o apoio ao rendimento – que serve para minimizar o risco da atividade agrícola – e o desenvolvimento rural. Recebe-

mos esse pacote diretamente da Comissão Europeia. O novo plano propõe que os apoios ao rendimento vão aumentar nos territórios vulneráveis, em Trás os Montes, na Beira Interior, no Centro, no Algarve, em cerca de 30%. E o [novo] apoio ao rendimento significa que vamos apoiar aqueles que produzem em modo sustentável. No passado, metade do orçamento era destinada ao rendimento. Neste momento, apenas 35%, porque há 25% do pacote de apoio ao rendimento que só vai ser atribuído se o agricultor puser em prática um conjunto de medidas de produção sustentável.

E o papel do cidadão, qual deveria ser?

O cidadão é o primeiro a querer defender o seu futuro, o seu território, e isso passa por fazer escolhas, incluindo escolhas alimentares. E quando escolhemos produção nacional, comércio curto, de proximidade, nós estamos a fixar pessoas, atividades agrícolas, e a impedir a erosão e desertificação física e humana, que é absolutamente determinante. ■

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Escola Agrária de Elvas ensina agricultura sustentável há 22 anos

Muito antes das orientações estratégicas da ONU ou de Bruxelas, já o Politécnico de Portalegre, oferecia um mestrado em agricultura sustentável. O tema, um dos grandes desafios da humanidade, impulsiona ofertas no ISA e no IPEiria.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@medianove.com

Todos os documentos da União Europeia falam hoje de agricultura sustentável. Definitivamente, não era assim quando o Instituto Politécnico de Portalegre lançou a licenciatura bietápica (três+dois anos) em Engenharia Agrária e Desenvolvimento Regional, ramo Agricultura Sustentável.

“Logo em 2000, com a bietápica com ramo em Agricultura Sustentável, observando o rumo pioneiro de alguns organismos estrangeiros a trabalhar em sustentabilidade se percebeu que teria de haver um caminho de sustentabilidade a percorrer pela agricultura”, conta Francisco Rodrigues, coordenador do Mestrado em Agricultura Sustentável, ao Jornal Económico.

Sete anos depois deste primeiro passo, a Escola Superior Agrária de Elvas (ESAE), que integra o Instituto Politécnico de Portalegre, avança na consolidação da sua visão pioneira, lançando o inovador Mestrado em Agricultura Sustentável. O plano de estudos do programa foi revisto em 2012, tendo sido criadas as atuais unidades curriculares. Em 2017 houve um pequeno ajustamento, mantendo-se a designação e os conteúdos.

Na formação em agricultura sustentável, a ESAE fez, de facto, um caminho à frente do tempo. Só em 2015, a ONU veio a aprovar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em que o 2º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) advoga a prática da agricultura sustentável. E foi necessário esperar até 2020 para que a Política Agrícola Comum (PAC) ganhasse novas orientações, com o Green Deal (pacto ecológico europeu) e o F2F (Farm to fork - Estratégia do Prado ao Prato) a apostar na agricultura sustentável.

“Se comparar as unidades curriculares do plano de estudo com as linhas estratégicas da atual PAC com os seus Eco-Regimes, poderá verificar que há uma coincidência quase total entre ambos”, afirma Francisco Rodrigues. “Em 2012 antecipamo-nos em termos de formação sobre aquilo que viria a ser a estratégia da UE para a agricultura até 2030”.

O Mestrado em Agricultura Sustentável da ESAE é único em Portugal. “Vai na sua 15ª edição consecutiva, com as 20 vagas totalmente preenchidas e candidatos

não colocados por falta de vagas”, adianta o professor e coordenador do curso, também responsável pelo Departamento de Ciências Agrárias e Veterinárias

Embora o número varie de ano para ano, cerca de metade dos alunos vêm de fora do distrito de Portalegre. Nos últimos anos regista crescimento a procura por parte de alunos que terminam o curso de Agronomia na ESAE e que prosseguem os estudos frequentando o mestrado. Muitos também estão já empregados quando ingressam no curso. “Sentem necessidade de atualização de conhecimentos para a sustentabilidade na agricultura”, justifica Francisco Rodrigues. A taxa de empregabilidade ronda 100%.

Para além da habilitação académica, o mestrado ainda proporciona “o reconhecimento profissional dos alunos que concluem a parte curricular, por parte do Ministério da Agricultura”, que os reconhece como Técnicos de Agricultura Biológica e simultaneamente como Técnicos de Produção Integrada. “São colocados automaticamente na lista nacional de técnicos reconhecidos nestes modos de produção sustentáveis”, adianta.



António Guerreiro de Brito
Presidente do Instituto Superior de Agronomia



Francisco Rodrigues
Coordenador do Mestrado em Agricultura Sustentável da Escola Superior Agrária de Elvas, Politécnico de Portalegre



Foto cedida

para que os alunos do Instituto Superior de Agronomia possam intervir, de forma decisiva e através da actividade profissional, no caminho para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais na área da designada Economia da Terra”, explica António Guerreiro de Brito ao Jornal Económico.

Ao apostar na interacção entre as ferramentas de tecnologias e a análise de informação e as áreas onde detém um profundo conhecimento - Ciências e Engenharias Agronómicas, Florestal, Zootécnica, Alimentar e do Ambiente, da Arquitetura Paisagista e da Biologia, o ISA reafirma o seu compromisso entre tradição e inovação.

“Considerando o carácter inovador, mas aplicado, dos cursos — explica — pretende-se que ambos sejam especialmente atractivos para profissionais já no activo, nas áreas da produção e gestão de recursos naturais e da agricultura, e que procuram adquirir novas competências para melhorar o seu desempenho e eficiência”.

Adicionalmente, acrescenta o presidente do ISA, “esta melhoria é relevante para as suas organizações, públicas ou privadas, que poderão, assim, implementar melhorias na eficiência, apoio à decisão e definição de estratégias e de políticas”. Por essa razão, pretende-se que os cursos tenham uma forte ligação a empresas, baseando inclusivamente algumas das suas componentes em casos de estudo fornecidos por estas.

Cursos técnicos no IPEiria

A produção sustentável é indispensável para que se caminhe para a neutralidade carbónica, valorização de recursos, minimização de resíduos e descoberta de novos subprodutos. O compromisso com este princípio levou o Politécnico de Leiria a lançar em 2021 dois Cursos Técnicos Superiores Profissionais que se relacionam com a área da agricultura sustentável.

O TeSP em Produção Primária Sustentável é lecionado na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche e o TeSP em Tecnologias Digitais para a Agroindústria na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Leiria.

Segundo a instituição, pretende-se que os técnicos contribuam positivamente para “o desenvolvimento das empresas da região de Leiria e do Oeste e para uma agroindústria mais sustentável”. Esse é, afinal, o propósito. ■

Mestrado e pós-graduação no ISA

A transformação verde está associada à transformação digital da Europa, o que torna ainda mais importantes campos do conhecimento como a ciência de dados e a inteligência artificial aplicadas aos sectores da agricultura e do ambiente.

António Guerreiro de Brito, presidente do Instituto Superior de Agronomia (ISA) destaca a importância dessa relação na criação de novas ofertas formativas no centenário Instituto. Com efeito,

no campus da Tapada da Ajuda, revela, arrancou este ano letivo (2022/23) o Mestrado em Ciência de Dados em Agronomia e Ambiente (Green Data Science), previamente aprovado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Na mesma linha, será lançada em 2023 uma pós-graduação em Agricultura Sustentável, apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). “Estes dois cursos na área da agronomia, florestas, alimentação, ambiente e biodiversidade constituem um importante contributo

TECNOLOGIA

Empresas de carnes e peixes artificiais veem “desafios” com a crise

Multinacionais como Beyond Meat ou Impossible Foods tiveram um crescimento exponencial em 2019-20 e hoje enfrentam quebras de vendas e despedimentos. Em Portugal, outras ‘agrotechs’ admitem preocupações, mas garantem impacto positivo do negócio no longo prazo.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@medianove.com

“É um game over para a indústria da carne. Eles é que ainda não perceberam”. Estávamos em plena pandemia, no final de 2020, quando o fundador do unicórnio das carnes alternativas Impossible Foods atira esta frase na edição mais digital de sempre da Web Summit, em confinamento. Embora Patrick O’Reilly Brown tenha antecipado o fim do negócio da carne como hoje (ainda) a conhecemos, dois anos depois nem a empresa voltou ao palco da Web Summit nem os consumidores deixaram os bifes de vaca.

Aliás, o mercado dos hambúrgueres e salsichas à base de plantas e com sabor a carne já teve melhores dias. Há cerca de um mês, a Impossible Foods anunciou uma reestruturação e despediu 6% da força de trabalho e, logo na semana seguinte, a concorrente Beyond Meat demitiu 200 pessoas para reduzir custos. A dupla de empresas de referência no sector apercebeu-se de que os consumidores, confrontados com a inflação, procuravam opções mais baratas nos supermercados.

O Jornal Económico (JE) contactou tecnológicas da área agroalimentar (agrotech) com operação ou ligação a Portugal para perceber se este fenómeno já se sente nas despesas dos portugueses e a opinião foi unânime: a queda no poder compra, no curto prazo, traz “desafios” e “impacto negativo” nas vendas de carnes e peixes artificiais, mas no longo prazo este sector vai crescer, até porque a solução do “maior problema científico no mundo” – já dizia Patrick O’Reilly Brown sobre as moléculas



Marcus Leta
Fundador da startup Future Farm



Ida Speyer
Fundadora da Mimic Seafood



Diogo Palha
CFO da Entogreen

que tornam a carne e o peixe sabrosos e como podem ser imitadas – continua em desenvolvimento.

“A alta inflação dos alimentos é hoje uma realidade global que afeta a maioria dos países, inclusive Portugal. Sem dúvida que este contexto económico a curto e médio-prazo é um grande desafio para toda a indústria de alimentos e bebidas, o que pode gerar desafios na procura de carnes vegetais, mas vemos como inevitável o seu crescimento acelerado a longo prazo”, diz o fundador da startup brasileira Future Farm (Fazenda do Futuro). “Ao longo do tempo, mais estudos vão continuar a provar a superioridade das carnes vegetais para a nossa saúde e a do planeta, e a tecnologia continuará a aperfeiçoar ainda mais os produtos de origem vegetal, gerando economias de escala e produtos ainda mais competitivos versus a proteína animal”, argumenta Marcos Leta.

Sem detalhar números, o empreendedor garante que Portugal, onde a empresa está desde março, demonstra-o: nas primeiras semanas, as vendas foram quatro vezes mais altas do que o previsto e a tendência de evolução prosseguiu durante os meses subsequentes. “Nota-se a preocupação dos portugueses em se alimentarem de forma mais saudável, no cuidado com o ambiente e um crescimento principalmente das dietas flexitarianas. As pessoas querem-se alimentar de outra forma e, ao experimentarem os nossos produtos, surpreendem-se com a qualidade e com a semelhança de sabor às carnes de origem animal”, afirma.

Em causa estão espécies vegetais de hambúrgueres, carne picada, almôndegas, salsichas frescas, peças de frango e atum, produzidos sem



glúten e com ingredientes como proteína de ervilha, soja isolada, proteína de grão-de-bico, beterraba para imitar o tom de sangue/carne, que se encontram à venda nos supermercados do El Corte Inglés, na cervejaria Musa e através das aplicações de entregas Getir e Uber Eats (Porto). O hambúrguer está em restaurantes como o Green Affair, o Kafeine, o Teatro à Mesa e nos espaços do grupo Nicolau, conhecidos pelos brunchs mais saudáveis.

A espanhola Mimic Seafood, que está a participar na quinta edição do programa de aceleração Blue Bio Value, promovido pela Fundação Oceano Azul e pela Fundação Calouste Gulbenkian, procura fazer o mesmo, mas na vertente de peixes e mariscos. A startup cria alimentos do mar com ingredientes 100% vegetais, como algas, para enriquecer o valor nutricional e o sabor do produto através de uma produção sustentável. Ou seja, sushi vegano com sabor a atum e salmão.

Ao JE, a cofundadora Ida Speyer refere que o primeiro produto da marca, o "Tunato", está disponível em Espanha, na Dinamarca e nos Países Baixos através dos nossos parceiros nesses países. "Até estarmos prontos para a produção em grande escala, o Aubergeel [à base de beringela] está disponível em alguns restaurantes por tempo limitado. Estamos a trabalhar para expandir tanto o portefólio como o nosso alcance geográfico. Temos muitos produtos novos deliciosos que serão lançados no próximo ano, o que tornará ainda mais fácil criar uma oferta saborosa e baseada em vegetais", explica a empreendedora dinamarquesa.

No entanto, Ida Speyer reconhece que, "no curto prazo, o aumento do custo de vida pode ter um impacto negativo no nosso sector". "Mas, a longo prazo, seremos capazes de fixar o preço dos nossos produtos abaixo do valor de produtos de origem animal como o peixe, e seremos por isso a melhor escolha para os consumidores que têm de respeitar um orçamento", antecipa.

Uma opinião partilhada pelo *Chief Financial Officer* (CFO) da Entogreen: "Momentos de crise, que retirem aos consumidores capacidade financeira, nunca serão favoráveis ao crescimento do consumo de produtos que enfrentam substitutos que são mais baratos. No entanto, temos a convicção de que a tendência dos consumidores para se preocuparem com temas de saúde e de sustentabilidade é definitiva e será crescente, mesmo em tempos de crise".

Tecnologia 100% portuguesa combate desperdício

Noutra frente de batalha, mas igualmente empenhada no futuro da alimentação sustentável, está esta *agrotech* portuguesa Entogreen, que se destacou por ter sido a maior campanha de financiamento para um projeto ético de sempre na plataforma de *crowdfunding* Goparity. A empresa com

sede em Santarém tem um negócio inovador a nível mundial que utiliza moscas (mais precisamente, moscas soldado negro) para criar proteína para rações e fertilizantes não químicos e óleo de insetos, a partir de desperdícios vegetais.

A Entogreen está a finalizar a construção da sua primeira fábrica, também em Santarém, e vai começar a produção já em janeiro de 2023, revelou o CFO ao JE. A unidade industrial irá produzir anualmente cerca de 7 mil toneladas de fertilizante, 2,5 mil toneladas de proteína e 500 toneladas de óleo. "Temos já fechados contratos para a totalidade do fertilizante e para uma parte relevante da proteína. O futuro passará por replicar esta tecnologia, quer em Portugal, quer fora, permitindo o processamento e valorização de diversos subprodutos que hoje são desperdiçados e representam até problemas ambientais e logísticos e produzir de forma sustentável maiores quantidades de proteína animal e fertilizante orgânico", prevê Diogo Palha.

De 2014 a 2022, a Entogreen somou um investimento superior a 15 milhões de euros, sobretudo por via de fundos geridos pela BlueCrow Capital, pelo Banco Português de Fomento (200M), financiamento bancário (cerca de 20%) e incentivos ao investimento produtivo do Portugal2020.

Segundo Diogo Palha, "a resposta às necessidades de uma população mundial que superará os 9 mil milhões de pessoas em 2050 e preocupação com a sobre-exploração dos recursos e com as alterações climáticas, provocadas por modelos de produção com pegadas demasiado pesadas, fazem com que as preocupações com a sustentabilidade sejam inevitáveis". ■

A Entogreen está a finalizar a construção da sua primeira fábrica, também em Santarém, e vai começar a produção já em janeiro de 2023

ECONOMIA CIRCULAR

Padaria Portuguesa transforma óleo alimentar em biocombustível

Produto é encaminhado para produzir o Eco Diesel B15, que permite reduzir até 18% as emissões de gases de efeito estufa.

RODOLFO ALEXANDRE REIS
rreis@medianove.com

Fundada em 2010, A Padaria Portuguesa tem procurado canalizar os excedentes alimentares das suas 59 lojas para associações e instituições de solidariedade social, de maneira a evitar o desperdício. Mas esta não é a única medida que a empresa tem em marcha para contribuir para a sustentabilidade do planeta, disse ao Jornal Económico (JE) a diretora de marketing da empresa, Rita Neto.

De forma a dar continuidade e a reforçar esta política, a empresa tem atualmente uma estratégia de economia circular, com diversos projetos. Um deles é a reutilização do óleo alimentar que utiliza nas cozinhas das suas lojas.

"Desde o início do ano que encaminhamos estes óleos para a produção de um biocombustível avançado – Eco Diesel B15 -, o qual permite uma redução de até 18% das emissões de gases de efeito de estufa e uma redução de consumo que pode chegar aos 5%, dada a respetiva eficiência de combustão. Este Eco Diesel B15 é o que abastece a nossa frota de 15 carrinhas que faz a distribuição de mercadorias em toda a rede d'A Padaria Portuguesa", explica Rita Neto.

Para combater o desperdício alimentar que se gera diariamente, A Padaria Portuguesa entrega cerca de 150kgs de borras de café orgânico por dia à Nãm Mushroom para a produção de cogumelos, que depois são usados como ingrediente base de sandes e saladas, sendo que também parte destas borras são usadas como fertilizante de solo para a produção de fruta biológica que os clientes encontram nos copos de fruta.

Por sua vez, as cascas das cinco toneladas que são consumidas diariamente são canalizadas para a produção de uma compota de laranja feita na fábrica em Marvila. O mais recente projeto da empresa é utilizar farinha de maçã proveniente do desperdício dos sumos naturais que servidos nas lojas, para criar uma tarte e areias de maçã.

"Com 59 lojas e mais de 25 mil clientes que recebemos diariamente, o impacto de cada produto lançado e de todos os recursos aproveitados acaba por ter uma escala

considerável", explica a responsável, acrescentando que a estratégia para o próximo ano já está delineada.

"Para 2023 vamos dar continuidade a este posicionamento e manteremos o nosso foco em projetos de economia circular, otimizando os projetos que já implementámos e procurando novas soluções. Todas estas iniciativas são apenas os primeiros passos na economia circular – estamos cientes que a possibilidade de utilização destes nossos recursos é quase ilimitada e que com os parceiros certos e com criatividade continuaremos a desempenhar o nosso papel nos ciclos da economia circular", salienta Rita Neto.

Apesar de se mostrar entusiasmada pela forma como o tema da sustentabilidade alimentar tem vindo a ser tratado com cada vez mais relevância em Portugal, a responsável pela área de marketing d'A Padaria Portuguesa, considera que este "caminho ainda é longo e muito pode ser feito, mas vemos cada vez mais esta preocupação como tema central de muitas empresas faz-nos acreditar que caminhamos no sentido certo". ■



Rita Neto
Diretora de marketing
d'A Padaria Portuguesa

O Jornal Económico não mudou,

O conhecimento de sempre,
agora com uma experiência de leitor
personalizada, edição diária digital
e convergência de formatos.

transformou-se.

Descubra a melhor forma
de estar informado
em jornaleconomico.pt



O conhecimento transforma.